

RUÍNAS DO ENGENHO CENTRAL DO BRACUHY: DE UM PASSADO DE DOMINAÇÃO COLONIAL À INVISIBILIDADE CONTEMPORÂNEA

Giseli Rosa de Souza

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em
Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO*
giselirosadesouza576@gmail.com

Tamara de Souza Campos

*Professora do Programa de Pós-Graduação em
Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO*
tamara.campos@unigranrio.edu.br

Resumo

Edificação do século XIX, as Ruínas do Engenho Central do Bracuhy, em Angra dos Reis, evocam o passado de escravidão no Brasil e remontam o período da cana-de-açúcar. Naquele tempo, essa rústica construção erguida de pedras pelos negros “vindos do outro lado do Atlântico” (Mattos *et al.*, 2009) sofreu modificações na estrutura original, foi convertida em um estabelecimento industrial para a moagem da cana de açúcar posteriormente ao decreto imperial que encerrou o sistema escravagista no Brasil. Sendo assim, esta pesquisa de natureza exploratória analisa (Bardin, 1977) o material coletado do *site* TurisAngra e busca compreender se o mesmo sugere ao viajante que tal Edificação representa um destino atrativo, invisibilizando as memórias e as identidades dos descendentes de escravizados ou se o *site* valoriza o contexto histórico-cultural do local bem como as conexões sociais ocorridas naquela época. Esta pesquisa se fundamenta na expressão “lugar de memória” (Nora, 1993) para analisar essa atração turística.

Palavras-chave: Ruínas do Engenho Central do Bracuhy, Angra dos Reis, contexto histórico-cultural.

Abstract

Bracuhy Central Mill Ruins represent a Angra dos Reis' 19th-century rustic building that brings back memories related to Brazil's past of slavery as well remembers the sugarcane production period. In the past, this rustic building erected of stones by the Black Africans enslaved brought by force from the east of Atlantic Ocean had architectural interventions through contemporary materials, has been transformed in a old sugarcane factory building after shortly Brazilian's Abolition of Slavery Law that came to the end of the system in which some people are owned by others. Therefore, this exploratory research carry out content analysis in the perspective of Bardin (1977) from the material collected on TurisAngra website and seeks to understand whether the website produces and/or suggests to the visitor an idea in the mind that this rustic building represents an attractive destination, trying to silence memories and identities from enslaved carried from Africa or whether the website considers important both historical and cultural background of the Ruins as well human interactions from that period. This research is based on the concept of “the place of memory” or “lieu de mémoire” (Nora, 1993).

Keywords: Bracuhy Central Mill Ruins, Angra dos Reis, historical and cultural background.

Introdução



A história, mesmo que tenha ao seu lado procedimentos metodológicos controlados pela comunidade científica, ao selecionar as questões com as quais trabalha, também produz e é responsável por esquecimentos e silenciamentos. Para Cartoga, memória e historiografia podem ajudar a fazer “o trabalho de luto e pagar as dívidas do presente” (CARTOGA, 2001:44). Podem dar voz aos que estavam condenados ao silêncio. É o que pretendemos (...): um diálogo profundo entre a história e a memória. A história, como conhecimento, e a memória como legitimadora, no presente, de direitos negados e não cumpridos no passado.

(Mattos et al., 2009, p.7)

O presente artigo¹tem como objetivo entender o discurso construído pelo *site* TurisAngra acerca das Ruínas do Engenho Central do Bracuhy, edificação do século XIX, situadas no município de Angra dos Reis. Recorrendo à análise (Bardin, 1977) do *site*, pretendemos compreender até que ponto o Poder Público municipal permite que o passado escravagista das Ruínas do Engenho Central do Bracuhy seja tematizado. Nessa perspectiva, partindo da hipótese de que Angra dos Reis é um lugar paradisíaco, pressupomos que o Poder Público apaga, muitas vezes, essa dimensão histórica em detrimento de um discurso que construa a imagem de Angra tal como paraíso.

Dessa forma, propomos a seguinte investigação: 1. queremos entender se o passado colonial escravagista está associado às Ruínas e até que ponto o Poder Público, ao divulgar este atrativo turístico, traz esses elementos em seu discurso; 2. se o Poder Público não divulga esses elementos, visto que lhe interessaria reforçar a ideia do paraíso. Além disso, propõe “até certo ponto abrangente” (Marconi; Lakatos, 2003, p.126) uma discussão em relação ao passado de “dominação colonial” (Silva, 2021, p. 301) introduzido no local onde as Ruínas foram edificadas. Dessa forma, a respectiva temática oferece “contribuição significativa (...), colaborando para o avanço científico, na área em que o estudo se realiza” (Marconi; Lakatos, 2003, p.239).

Para a compreensão da estrutura desta pesquisa, as “partes componentes (...), englobam” (Marconi; Lakatos, 2003, p.243) a Fundamentação teórica subdivida em duas seções intituladas “Ruínas do Engenho Central do Bracuhy: símbolo turístico do século XXI ou espaço de memória do século XIX?” e “Yes, nós temos” o IPHAN: a proteção da memória pública em detrimento das pretensões individuais e a mobilização contra a invisibilidade

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio da Afya Educacional por meio do Programa de concessão de fomento à pesquisa “AFYCIONADOS POR CIÊNCIA”, sob a orientação da prof.^a Dra. Tamara de Souza Campos. Temática apresentada em forma de resumo na Conferência Internacional “The Place of Memory and the Memory of Place”, em 21 de junho de 2025, no Birkbeck College, University of London, atividade acadêmica organizada pelo Grupo de Estudos “London Centre for Interdisciplinary Research”. Título: “Bracuhy Central Mill Ruins in Angra Dos Reis City, Southwest Rio De Janeiro State: Site of Memory or Forgetting History? An Analysis of The Turisangra Website”.



histórica de patrimônios representativos de Angra”, o Percurso Metodológico sob o título “Do funcionamento do *site* TurisAngra à construção do verbete das Ruínas do Engenho Central do Bracuhy: estrutura, *design*, mecanismos discursivos e significações” finalizando com as Considerações Finais.

Na primeira seção, apresentamos a Fundamentação teórica que contextualiza as

Ruínas do Engenho Central do Bracuhy desde o período em que foram edificadas no século XIX até à época vigente, a fim de que se entenda sua importância histórica. Em segundo momento, discutimos a ideia de patrimônio à luz de Chuva (2020).

Outro “levantamento bibliográfico preliminar que dará suporte e fundamentação teórica ao estudo” (Oliveira, 2011, p.58) refere-se às pesquisas desenvolvidas pelas pesquisadoras brasileiras que investigam episódios históricos no município de Angra dos Reis: Carvalho (2011) como também Mattos *et al.* (2009): estas registram a formação de um “grupo, auto intitulado “remanescente do quilombo de Santa Rita do Bracuí”. A ancestralidade africana e negra, relacionada à opressão histórica sofrida, decorrente do tráfico atlântico de escravos, da escravidão e da expropriação de territórios tradicionais” (Mattos *et al.*, 2009, p.3); aquela busca “compreender como são conjugados os patrimônios regionais para produzir imagens coesas sobre a cidade” (Carvalho, 2011, p.3) de Angra dos Reis. O conhecimento empírico aliado ao conhecimento teórico do quilombola Ramos (2020) amplia a relevância teórica desta pesquisa além de dar voz a um grupo social oprimido historicamente como também minoritário: os quilombolas do Bracuí. Empregamos o conceito “história oral” (Thompson, 1992), uma vez que o prestigiado professor aplica tal método para registros históricos, sendo autoridade na área em pesquisas que versam sobre a oralidade.

Ancoramos-nos na expressão “lugar de memória” (Nora, 1993), no intuito de investigar e entendermos a dimensão histórica e cultural das Ruínas do Engenho Central do Bracuhy tal como relevante espaço de memória bem como de vínculos sociais entre os descendentes de escravizados e/ou quilombolas.

“O conhecimento popular (...) está limitado ao âmbito da vida diária e diz respeito àquilo que se pode perceber no dia-a-dia” (Marconi; Lakatos, 2003, p.78). Nessa perspectiva, fazemos uso do conceito “destinos turísticos” (Beni, 2020) para manter o rigor metodológico da pesquisa, visto que a TurisAngra emprega o termo habitual “Pontos Turísticos” (TurisAngra) para publicizar tais Ruínas. Outro tópico essencial que compreende a essência desta pesquisa se refere às “formas de compreensão da paisagem e sua valorização” (Ribeiro, 2007, p.7). Dessa forma, emprega-se o conceito “paisagem natural” (Ribeiro, 2007, p.23) para compreender se o Poder Público municipal tende a divulgar as Ruínas como um destino atrativo.

Como foco na política de valorização contemporânea ao patrimônio cultural, eficiente, inclusiva bem como permanente (política de Estado) no município de Angra dos Reis, discute-se, exclusivamente na segunda seção, a história das políticas culturais no Brasil a contar de 1930, fazendo referência à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Comissão Nacional de Folclore (CNF) bem como aos termos culturais patrimônio material e imaterial (Chuva, 2020) e a inserção dos mesmos na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, emprega-se a pesquisadora brasileira Márcia Chuva (2020) a qual compreende a relevância das entidades de preservação cultural e histórica ao longo do tempo e questiona o fato de que “Falar sobre a noção de patrimônio é sempre um desafio” (Chuva, 2020, p.17), uma vez que o termo apresenta múltiplas definições. Ademais, apresenta-se um conjunto de informações oriundas do IPHAN.

O Percurso Metodológico apresenta a “parte prática de coleta de dados” (Marconi; Lakatos, 2003, p.222) que empregamos nesta pesquisa por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977): a busca pelo endereço eletrônico TurisAngra, como percebemos a organização dos elementos gráficos no *site*, como compreendemos seu respectivo funcionamento e de que maneira o discurso do verbete das Ruínas está construído para alcançar o público-alvo. Nesta etapa, são empregados vocábulos técnicos os quais se referem ao sistema e às tecnologias na internet (Castells, 2003).

As Considerações Finais destacam a existência das Ruínas durante o período de escravidão no Brasil, reafirmam que as mesmas não são salvaguardadas por nenhum órgão



nacional de proteção do patrimônio, validando que as memórias legítimas e/ou originárias são preservadas entre os grupos minoritários do bairro Bracuí. Por esse ângulo, percebemos alguns problemas no conteúdo do verbete das Ruínas; com isso, deixamos “algumas recomendações (...) acerca de futuros estudos” (Oliveira, 2011, p.68) com foco em “sensibilizar os leitores sobre fatos importantes, sugerir decisões urgentes ou práticas mais coerentes de pessoas ou grupos etc” (Oliveira, 2011, p.68).

Ruínas do Engenho Central do Bracuhy: símbolo turístico do século XXI ou espaço de memória do século XIX?

As Ruínas do Engenho Central do Bracuhy preservam memórias genuínas oriundas do passado de escravidão ocorrido no período do Brasil-colônia (séculos XVI a XVIII) como também no Brasil Imperial (1822-1889). “Edificação da época do ciclo da cana-de-açúcar” (TurisAngra), localizam-se em uma área privativa do bairro Bracuí, no município de Angra dos Reis, “Região da Costa Verde, no sul do Estado do Rio de Janeiro” (Angra, Prefeitura Municipal de.). McIntosh (2015, p.9) relata percursos de expansão ultramarina ocorridos nos séculos XV e XVI: em 1500, o acontecimento de “dominação colonial” (Silva, 2021, p. 301) denominado “descobrimento do Brasil” liderado por Pedro Álvares Cabral, o qual sugeriu o vocativo Santa Cruz. Posteriormente, em “06 de janeiro de 1502” (IPHAN), o acontecimento de cunho hegemônico denominado “descobrimento” de Angra dos Reis.

No entanto, os povos indígenas Tamoio/Tupinambá (IPHAN) povoavam previamente o respectivo território. Consequentemente, os primeiros exploradores que se aproximaram da Baía da Ilha Grande demonstraram receio de se estabelecer na localidade em razão do confronto “permanente contra os índios tupinambás” (Torres, 2022, p.152) como também “pelos sobressaltos trazidos com a ameaça constante de piratas... A área do continente oferecia estreitas planícies, formadas por rios provenientes das montanhas” (Torres, 2022, p.152). Além disso, esses condutores do anseio pela colonização não demonstraram interesse na região, uma vez que almejavam encontrar ouro (Torres, 2022, p.129). Entretanto, como “descobrimento” envolve contato e comércio; “colonização” significa povoamento e domínio, isto é, a formação de uma nova sociedade (Novais, 2020), em 1556, os descendentes do português Antônio de Oliveira Gago forjaram um aldeamento e “estabeleceram-se em Angra dos Reis, numa pequena colina” (Pascoal, 2010, p.35); ao “fundarem o povoado dos Santos Reis Magos, moldaram-lhe características de cidade agrícola, que tinha por objetivo concentrar populações dispersas de agricultores e oferecer lhes serviços de polícia, justiça, religião e mercado” (Pascoal, 2010, p.35).

No “Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica - a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores” (Freyre, 2003. p.16). Ademais, o “açúcar não só abafou as indústrias democráticas de pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, em uma grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária” (Freyre, 2003. p.16). Evidentemente, esse relevante produto de exportação “exigiu uma enorme massa de escravos” (Freyre, 2003. p.16).

À vista disso, no decorrer do século XIX, tal estrutura rústica do Bracuí, edificação erguida de pedras pelos escravizados trazidos involuntariamente por meio do “tráfico transatlântico” (Mattos *et al.*, 2009, p.31), operou tal qual um engenho colonial (Freyre, 2003. p.51) para a produção de uma bebida de paladar concentrado derivada da cana-de-açúcar sob a denominação “Aguardente”. O latifúndio e/ou fazenda onde operou o respectivo aparato colonial pertenceu a um “senhor de engenho” (Freyre, 2003. p.54) português da geração familiar Souza Breves relacionado ao comércio ilegal de negros africanos. Historicamente, a família Souza Breves era proprietária da Marambaia, “no litoral de Mangaratiba” (Lourenço, 2010, p.131), estado do Rio de Janeiro: no século XIX, a



Marambaia fora embarcadouro, espaço de quarentena e local de “engorda” (Lourenço, 2010, p.131) para os escravizados se recuperar da travessia transatlântica.

Igualmente, tal propriedade de Angra dos Reis despertava interesse devido à imponência: a Fazenda Santa Rita do Bracuí (Mattos *et al.*, 2009, p.9). No entanto, na “composição do passado e do presente” (Carvalho, 2011, p.3) referente ao bairro Bracuí, “memória e história aproximam-se para acertar as contas com o passado. Um passado marcado pelo tráfico de escravos, pela escravidão e pela luta pela terra, que até então não havia alcançado a historiografia, nem os livros didáticos,” (Mattos *et al.*, 2009, p.7), um passado invisibilizado, “um processo que havia sido sepultado pela história, embora nunca tenha morrido na tradição oral de seus protagonistas negros e descendentes de escravos” (Mattos *et al.*, 2009, p.7).

Nesse núcleo social ancestral do Bracuí, a “tradição oral, transmitida através de muitos

“causos”, como definem os moradores do Quilombo do Bracuí” (Mattos *et al.*, 2009, p.8) evidencia que o “cenário apresentado nessas histórias (*sic*) são as antigas fazendas ou as construções dos engenhos de açúcar e cachaça” (Mattos *et al.*, 2009, p.8). Então, quem foram os principais envolvidos nessa história? “Os protagonistas são escravos, em geral com nomes presentes entre os herdeiros do testamento do Comendador José de Souza Breves, antigo proprietário da Fazenda Santa Rita do Bracuí, no século XIX” (Mattos *et al.*, 2009, p.8-9). Outra informação invisibilizada (Pollak, 1989) e pouco difundida faz referência aos elementos estruturais da edificação: a estrutura original sofreu intervenções, sendo a parte externa semelhante às fábricas do período da Revolução Industrial; devido às intervenções, as Ruínas preservam tijolos avermelhados nas paredes que se misturam às “grossas paredes de pedras” (TurisAngra). Tais intervenções ocorreram no século XIX na ocasião em que “Manoel Caetano da Silva Lara, fazendeiro de café da Ilha Grande, produtor de aguardente e engenheiro” (Pascoal, 2010, p. 108) transformou o engenho colonial (Freyre, 2003, p.51) em uma usina, sendo a “firma Souza, Irmão & Cia., da Família Breves” (Pascoal, 2010, p. 108) responsável pelos equipamentos para a fabricação do açúcar.

Em vista disso, a “emergência da Internet como um novo meio de comunicação” (Castells, 2003, p.121) viabiliza a TurisAngra (Fundação de Turismo de Angra dos Reis) publicizar as Ruínas do Engenho Central do Bracuí tal como destino turístico (Beni, 2020, p.2) localizado no interior de um agrupamento residencial arborizado. É válido ressaltar que utilizamos o termo global “Pontos Turísticos” (TurisAngra) ao mencionarmos as Ruínas do Engenho Central do Bracuí, visto que corresponde à nomenclatura que o *site* apresenta. Entretanto, acreditamos que o conceito técnico “destinos turísticos”, de Beni (2020, p.2), seria mais adequado do que o termo popular “Pontos Turísticos” (TurisAngra) que apresenta os seguintes aspectos informais: se limita à ideia de um espaço indefinido, é um termo universal, está associado, exclusivamente, à comercialização de objetos que rememoram o aspecto particular de um lugar. Por esta razão, o conceito técnico “destinos turísticos” (Beni, 2020, p.2) amplia a discussão em relação às “manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los” (Brasil, 2018, p.9), reflete os aspectos histórico-culturais das Ruínas bem como as memórias e as identidades dos descendentes de escravizados além de se adequar à linguagem acadêmica desta pesquisa.

Assim sendo, qual o significado histórico-cultural dessa edificação oitocentista? De forma clara e visível, esses “lugares de memória são, antes de tudo, restos” (Nora, 1993, p.12), todavia não são salvaguardados por nenhum órgão de preservação do patrimônio: nem pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), tampouco pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural). Consequentemente, as vivências afetivas (Gondar, 2016) ocorridas nesse emblemático “lugar de memória” (Nora, 1993, p.13) bem como as memórias relacionadas às identidades dos negros africanos e/ou “negro *Calhembor* ou *Quilombola*” (Debret, 2016, p.307) são forçadas à invisibilidade (Pollak, 1989) como também aprisionadas em “um passado até agora deixado no esquecimento pelas políticas públicas de memória ou pela historiografia” (Mattos *et al.*, 2009, p.4).

Além do tráfico, a lembrança da antiga produção de cachaça também é



evidente no Bracuí. Atualmente ainda podem ser vistas as ruínas do velho engenho. Poucos vestígios, é verdade, resistiram ao tempo e só mesmo alguém que conhece o local pode mostrar as pedras dispersas e escondidas em um amplo espaço com vegetação densa. Visitamos as ruínas, acompanhados do Sr. Romão, em 2007, morador da região e descendente de africanos, segundo seu próprio testemunho. A mãe do Sr. Romão, chamada Maria Romão Custódio, contava que seus antepassados tinham vindo da África. Os Romão vinham todos da África. Como escravos, ao lado de muitos outros, teriam construído o engenho:

“sofreram muito de carregar esse troço de pedra, até o moinho...” “Ainda tem um pedaço de moenda velha, ainda, aqui tinha um negócio que tocava água, quer ver? A água entrava lá e saía aqui. Saía aqui pra tocar ali, ô! Ta vendo? Tocava lá e saía aqui. É esse lado aqui, pra tocar o engenho velho, e ainda tem a moenda, ainda” (APCMMN/LABHOI/UFF, 01.0027, Geraldo Romão, outubro de 2006). (...)

Para Romão e outros moradores do Bracuí, as ruínas do Engenho são um

importante local de memória do trabalho escravo de seus antepassados. Poucos documentos, para além da memória dos Romão, poderiam documentar os detalhes do velho Engenho (Mattos *et al.*, 2009, p.20-21).

“Yes, nós temos” o IPHAN: a proteção da memória pública em detrimento das pretensões individuais e a mobilização contra a invisibilidade histórica de patrimônios representativos de Angra

Ao “silenciarmos memórias e o esquecimento de patrimônios específicos, incluindo a do ambiente como constituídos das relações entre os Homens e a Natureza, geramos processos de exclusão” (Carvalho, 2011, p.17)? Vamos nos ancorar na institucionalização da entidade pública nacional de salvaguarda do patrimônio histórico.

Ao fundamentar-se no sociólogo Elias (1989, 1993 *apud* 2020), Chuva (2020) analisa o processo civilizador, a fim de contextualizar a organização da noção de Estado como também a ideia de nação desenvolvida “desde a experiência europeia no século XIX” (Chuva, 2020, p.18). A contar desse período, os Estados começam a investir “maciçamente na biografia da nação, entidade política recentemente constituída, embora imaginada, como de origem remota.” (Chuva, 2020, p.18). Com esse ideal de nação, foram “cultivadas” as estratégias de “preservação de monumentos (...), patrimônio nacional, os estudos sobre tradições populares, denominadas de folclore, e a escrita das histórias nacionais.” (Chuva, 2020, p.18). Para isso, tornou-se inevitável a presença de especialistas como o historiador, o restaurador, o museólogo, o engenheiro. Consequentemente, foram sendo desenvolvidas as “agências públicas voltadas para a produção de conhecimento e preservação daquilo que foi selecionado como representativo de uma identidade nacional”. (Chuva, 2020, p.18).

Em relação ao Brasil, “esses setores forjaram-se separadamente, a partir dos anos 1930, com a criação de duas agências distintas: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Comissão Nacional de Folclore (CNF)” (Chuva, 2020, p.18). Originalmente, a sigla usada era SPHAN (Chuva, 2020, p.18); atualmente, emprega-se a nomenclatura IPHAN. Com a implantação dos órgãos de preservação do patrimônio histórico e, conseqüentemente, a existência de profissionais nas respectivas áreas, surge o conceito de tombamento, um conjunto de ações “que protege os bens de natureza material da destruição” (Chuva, 2020, p.19). A partir dos anos 2000, manifesta-se a compreensão de “bens intangíveis” (Chuva, 2020, p.20) como também a necessidade de inseri-los na Constituição Federal de 1988, com o propósito de estabelecer “procedimentos e ritos para produzir inventários, orientar e promover o Registro do Patrimônio cultural de natureza imaterial” (Chuva, 2020, p.20).

Retomemos às Ruínas do Engenho Central do Bracuhy: por que o Poder Público



municipal não detém a salvaguarda da histórica construção? Por que nenhuma agência de preservação do patrimônio nacional realiza a salvaguarda do local? Propomos hipóteses.

um olhar atento sobre o processo de construção da memória oficial de Angra nos permite compreender como a memória cidadina foi modificada e moldada de acordo com projetos políticos nacionais e exemplos internacionais, que geraram escolhas sobre patrimônios específicos para exaltação ou silenciamento. A cidade já foi espaço destinado aos turistas que buscavam isolamento, simplicidade e conversas com pessoas ligadas ao seu cotidiano. Após o final da década de 1960, tornou-se um espaço destinado a poucos. (...)

A memória de Angra dos Reis como um ambiente natural e preservado possui data de nascimento, assim como o silenciamento sobre a existência de patrimônios histórico-culturais no próprio município. Esse processo de esquecimento – da escolha do silenciar – todavia, precisa ser questionado. (...) E acrescentamos: a compreensão de que memórias são construídas a partir de escolhas nos permite inferir sobre as realidades em que vivemos (Carvalho, 2011, p.3-4).

A averiguação de informações insuficientes acerca da visibilidade histórico-cultural das Ruínas do Engenho Central do Bracuhy, a divulgação virtual tal como atração turística “correspondendo a determinadas características estéticas, estilísticas, monumentais, paisagísticas e a fatos memoráveis da história, sempre consagrados pelas elites intelectuais” (Motta, 2023, p.7) bem como a atuação dos “megaprojetos (...) e (...) especulação imobiliária” (Santos, 2018) nos arredores do bairro Bracuí fomentam em Chuva (2020) a discussão acerca de urgentes “políticas públicas de memória” (Chuva, 2020, p.17) como também discussões sobre a concepção do vocábulo “patrimônio” (Chuva, 2020). Este contém significado “superdimensionado na atualidade, capturado por modismos e pelo mercado” (Chuva, 2020, p.17); nesse sentido, a autora se esforça em compreender o uso frequente deste termo em diversas situações e elabora três proposições.

Primeiramente, o turismo sozinho não se sustenta e não gera renda, uma vez que precisa estar vinculado a alguma atividade sustentável e econômica abrangendo a geração de ocupações (e/ou cargos) inter-relacionadas de forma empregatícia e também os vínculos informais: “Sem dúvida, os países europeus serviram-se bem disso, reforçaram sua centralidade, bem como o paradigma civilizador ocidental, com a expansão do turismo ao “Velho Mundo” em que a atividade gera recursos imensos e está fortemente associada ao patrimônio cultural” (Chuva, 2020, p.26). Inclusive, no Brasil, a “associação entre patrimônio e desenvolvimento como projeto de Estado ocorre nos anos 1960, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur e do Conselho Federal de Turismo” (Chuva, 2020, p.26), igualmente com o “Conselho Federal de Cultura. No Plano Nacional de Cultura datado de 1975, o incentivo ao turismo histórico e cultural fora, pela primeira vez, explicitamente apontado” (Chuva, 2020, p.26).

A segunda proposição “é de que a Unesco teve um importante protagonismo na consolidação e expansão da categoria patrimônio” (Chuva, 2020, p.26), ou seja, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura se caracteriza por ser uma agência internacional significativa na divulgação do legado histórico e cultural como também do turismo nacional e mundial: a respectiva agência reconhece centros históricos urbanos, paisagens naturais, elementos muito característicos da cultura dos povos (vestimentas, objetos religiosos, danças), fachadas arquitetônicas. Modelo semelhante se refere à Ilha Grande, notabilizada região insular de Angra dos Reis: em 2019, o respectivo arquipélago adquiriu reconhecimento da UNESCO de Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade (Paraty e Ilha Grande [...], 2019), em razão da fauna e dos recursos naturais sem desmatamento, da convivência com a população caiçara da coexistência de “jazidas arqueológicas” (Motta, 2023, p.7) tais qual o “sambaqui no Ilhote do Leste com acúmulo de



(...) restos alimentares, artefatos e sepultamentos (...) ativo por algumas centenas de anos, a partir de 3.060 ±40 anos AP (3.360 – 3.160 anos cal AP)” (Silva; Dias, 2017, p.63). Por outro lado, a região continental de Angra dos Reis não é “até hoje, um sítio brasileiro reconhecido como paisagem cultural na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO” (Ribeiro, 2007, p.107).

Então, por que esta demanda “representa um importante ponto” (Ribeiro, 2007, p.21) para esta pesquisa e qual a correlação com as Ruínas? Pascoal (2010) aponta o interesse do Poder Público municipal e de autoridades públicas na “Capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor do turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva” (Brasil, 2018, p. 10) em Angra dos Reis:

Na década de 70, a cachoeira do Bracuí, situada no Parque Nacional da Serra da Bocaina, foi apontada como grande potencial turístico da região. Composto-se de várias quedas sobrepostas, que forma o rio Bracuí, a cachoeira ainda não foi explorada, acreditando-se ser uma das mais altas do mundo, segundo o diretor de projetos da Embratur na época, Luis Afonso de d'Escragnolle (...).

Hoje, toda a Baía da Ilha Grande é explorada turisticamente, possuindo diversos hotéis, pousadas e restaurantes (Pascoal, 2010, p. 190).

“A terceira hipótese refere-se ao papel da virada antropológica ou cultural ocorrida nos anos 80 na renovação da concepção de **patrimônio** e na crise da categoria de **folclore**”

(Chuva, 2020, p.28). Sendo assim, “Vimos inaugurar-se nesse contexto um campo de investigações sobre as práticas de preservação do patrimônio e as políticas de memória” (Chuva, 2020, p.28). No entanto, investiga-se que “para entendimento do que é patrimônio cultural material” (Motta, 2023, p.3), as Ruínas do Engenho Central do Bracuchy não são selecionadas “bens para proteção (...), do período colonial com representação de uma identidade nacional” (Motta, 2023, p.3). Em vista disso, Ramos (2020) aponta que no bairro Bracuí ocorrem expectativas de interesses turísticos comerciais e também “outros fatores como os interesses da propriedade privada” (Motta, 2023, p.4).

O Quilombo do Bracuí tem um histórico marcado pela luta de suas terras. No ano de 1970, a comunidade, para se manter no seu território, entrou em conflito com os grileiros e o Condomínio Porto Bracuchy. Naquela época, os moradores ainda não se reconheciam como quilombolas, mas, sim, como trabalhadores rurais de uma comunidade negra rural.

A chegada da Rodovia Rio-Santos, um empreendimento desenvolvido durante os governos militares (1964-1985), visou a potencialização da atividade turística e de lazer, ocorrendo sem consulta às comunidades tradicionais da região sul do litoral fluminense. A implementação do Projeto Turis, da Embratur, acabou por desapropriar as famílias de suas moradias e áreas de subsistência, configurando-se como uma modernização autoritária. Apesar deste tipo de pressão e de conflitos, a comunidade resistiu com sua cultura e tradição, tendo, hoje, como marco de resistência o jongo e caxambu. (...)

Com isso, o território que vem sofrendo desde os anos 1970 com a especulação imobiliária, entre outros fatores que contribuíram para a ocupação desordenada de seu território, ganhou forças buscando políticas públicas para o fortalecimento dos moradores que resistem na região, para que não tenham que deixar o campo, para ir trabalhar nas grandes empresas privada (*sic*) da região, nas casas de família dos grandes condomínios, entre outros campos do mercado de trabalho enriquecedores do capitalismo (Ramos, 2020).

Acerca dos insuficientes materiais bibliográficos e de lacunas na história em relação às Ruínas do Engenho Central do Bracuchy, Chuva (2020) faz uma “reflexão sobre a



produção do conhecimento científico no campo da cultura, que diz respeito ao debate sobre os limites entre técnica e política” (Chuva, 2020, p.28). Para a autora, é urgente a integração dos conhecimentos especializados como também dos saberes ditos não tradicionais (ocultos, não oficiais), as “histórias orais” (Thompson, 1992, p. 188) similares ao do “Sr. Romão, (...) morador da região e descendente de africanos” (Mattos *et al.*, 2009, p.20), visto que tal “integração enriquece o conhecimento, oferece a informação adequada do contexto histórico nacional, promove a valorização das comunidades que integram-no, proporciona a reafirmação de pertencimento dos povos” (Souza; Campos, 2023, p.9) e “valoriza o legado histórico que conservam há “cerca de cinco séculos de colonização” (Silva, 2021, p.296 *apud* Souza; Campos, 2023, p.9). Não “se trata de deslegitimar” (Chuva, 2020, p.28) o conhecimento bibliográfico e/ou documentado, “mas de transformá-lo a ponto de aceitar a presença de outros saberes que podem confrontá-lo” (Chuva, 2020, p.28). Isso tem relação com “os debates sobre o direito à memória e às políticas de reparação.” (Chuva, 2020, p.28).

Do funcionamento do *síte* TurisAngra à construção do verbete das Ruínas do Engenho Central do Bracuchy: estrutura, *design*, mecanismos discursivos e significações

Efetivamos a busca no “navegador da web” (Castells, 2003, p.21) Google empregando a palavra-chave “Prefeitura de Angra dos Reis”, com o intuito de investigar se as Ruínas do Engenho Central do Bracuchy seriam disponibilizadas virtualmente pelo Poder Público Municipal. O resultado da busca direcionou ao *síte* da Prefeitura de Angra dos Reis o qual

disponibilizou dois botões interativos: “Turismo” (posição central da página) bem como “Visite Angra”, no rodapé (Prefeitura de Angra dos Reis). Escolhemos o segundo botão e decidimos efetuar a “exploração do material” (Bardin, 1977, p.95) para compreendermos o funcionamento e a “estrutura do site” (Castells, 2003, p.151). Decidimos operar com uma parte do *site*, isto é, com os “destinos turísticos” (Beni, 2020, p.2). Ao pressionarmos o botão “Pontos Turísticos” (TurisAngra), pressionamos a imagem que direcionou ao verbete das Ruínas, conforme sinalizam as Capturas de tela 1 e 2.



Captura de Tela 1 – Verbetes das Ruínas do Engenho Central do Bracuhy (visualização integral da página)

Fonte: TurisAngra



Captura de Tela 2 – Ruínas do Engenho Central do Bracuhy
(visualização parcial da página)
Fonte: TurisAngra

No *hyperlink* dessa atração turística, realizamos a análise de conteúdo (Bardin, 1977) a partir do verbete (incluindo o título) e da significação dos documentos iconográficos (Prodanov; Freitas, 2013) e/ou imagens. Empregamos como “Unidade de Registro” (Franco, 2008, p. 41 *apud* Mendes; Miskulin, 2017, p.11) a classe dos substantivos como também expressões (agrupamento de palavras e/ou vocábulos) no mapeamento do verbete. Como parte integrante da “exploração do material” (Bardin, 1977, p.95), observamos que o “domínio virtual” (Castells, 2003, p.79) TurisAngra assim como o *hyperlink* do verbete viabilizam ao turista e/ou viajante acessibilidade tecnológica aos portadores de necessidades especiais por meio do ícone da Língua Brasileira de Sinais – Libras e pelo símbolo “Recursos Assistivos” (TurisAngra).

Ao explorarmos esse “profundo mar de informação” (Castells, 2003, p.94), percebemos que o verbete apresenta aspecto “informatizado (...) e quase todas as informações” (Beni, 2020, p.7) de que o turista necessita em apenas duas frases: sucinta referência histórica do período da cana-de-açúcar, localização da construção, breve menção ao aspecto físico da estrutura e um “estabelecimento hoteleiro” (Brasil, 2018, p.16). Podemos constatar na íntegra (Captura de Tela 2) que o verbete se constitui exclusivamente por duas frases:

Localizada no Km 504 da BR-101, junto ao acesso do condomínio de mesmo nome. Trata-se de uma construção do século XIX, que lembra a arquitetura típica da revolução industrial (*sic*). Recentemente reformado por um empreendimento hoteleiro, ainda pode-se (*sic*) ver os fossos subterrâneos e as grossas paredes de pedras (TurisAngra).

Ao analisarmos (Bardin, 1977) o “design do site” (Castells, 2003, p.154) TurisAngra, percebemos seis botões interativos na parte superior ao lado da logomarca da respectiva Fundação de Turismo, na devida ordem: “A cidade”, “Corredores Turísticos”, “Pontos Turísticos”, “Ilha Grande”, “Eventos” e “Fluxo de ônibus” (TurisAngra).



Cabe ressaltar que o *site* opera com a ideia de “Pontos Turísticos”, conseqüentemente, esse termo global e/ou popular revela “tendências de consumo, conduzidas por novos padrões e valores da sociedade” (Beni, 2020, p.2). Por esse motivo, empregamos o conceito “destinos turísticos” (Beni, 2020, p.2) que pretende trazer respeitabilidade à pesquisa e também compreensão dos fatos históricos relacionados às Ruínas. Vejamos o Quadro 1 que descreve os dados obtidos do *site*. Cabe informar que o ordenamento das palavras tomou como base a ordem alfabética.

Atração Turística: Ruínas do Engenho Central do Bracuhy			
Hyperlink do Verbete: https://visite.angra.rj.gov.br/ponto-turistico.asp?id=11			
Expressões referentes à história e/ou cultura	Periodicidade e das expressões	Expressões referentes à natureza e/ou paisagem	Periodicidade e das expressões
“ciclo da cana-de-açúcar”	(1)	–	–
construção	(1)	–	–
“Revolução Industrial”	(1)	–	–
“século XIX”	(1)	–	–

Quadro 1 – Mapeamento das Palavras no Verbete

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações extraídas do verbete no *site* TurisAngra.

Sendo assim, partimos da “análise de conteúdo” de Bardin (1977) e anunciamos, no início do texto, duas hipóteses: 1. se o *site* TurisAngra enfatiza para o turista e/ou viajante que as Ruínas do Engenho Central do Bracuhy representam um destino atrativo; 2. se o *site* TurisAngra ressalta para o turista ambos memória e história dessa antiga construção. Nesse sentido, o mapeamento dos vocábulos nos permitiu interpretar os atuais “resultados brutos” (Bardin, 1977, p.101) descritos sequencialmente.

A expressão “ciclo da cana-de-açúcar” (TurisAngra) se destacou no título. Dessa forma,

o verbete destaca “até certo ponto” (Marconi; Lakatos, 2003, p.126) o contexto histórico e cultural desse “lugar de memória” (Nora, 1993, p.13) assim como a existência (de forma sucinta e subentendida) do colonialismo (Santos, 2018). O verbete menciona o cultivo da planta no título, porém não destaca que a mesma esteve relacionada ao estilo de vida abastado dos “Homens de fortuna feita em açúcar e em negros” (Freyre, 2003, p.178). Percebemos que tal fato histórico apresentado não permite que o visitante conheça as “histórias orais” (Thompson, 1992, p. 188) narradas pelo quilombola “Sr. Romão” (Mattos *et al.*, 2009, p.20), tampouco que o antigo engenho (atuais Ruínas) foi construído “com pedras e suor escravo” (Pascoal, 2010, p. 13), corroborando ainda mais com a invisibilidade “dos quilombolas do Bracuí” (Mattos *et al.*, 2009, p.10) e de seus ancestrais vítimas da “violência da escravidão” (Mattos *et al.*, 2009, p.8) ao longo do século XIX. Esse mecanismo discursivo impossibilita que o viajante compreenda a serventia do antigo engenho e as Ruínas tal como “patrimônio (...) fruto de sentidos (imaterialidades)” (Chuva, 2020, p.25). Constatamos que o verbete enfatiza a estrutura estética do prédio que se assemelha aos edifícios do período da Revolução Industrial, apagando (Pollak, 1989) completamente a existência do coletivo de quilombolas do Bracuí.

Dando continuidade à análise (Bardin, 1977), o vocábulo “construção” (TurisAngra) se manifestou uma vez, o que significa que o verbete valoriza esse memorável, relevante e histórico lugar para Angra dos Reis. Entretanto, não faz referência às memórias, às “tradições orais” (Thompson, 1992, p. 46), tampouco às identidades dos descendentes de escravizados. Ademais, as imagens destacam a grandiosidade da estrutura constituída de tijolos avermelhados. Nesse contexto, seria significativo que o Poder Público desse visibilidade às Ruínas sob a perspectiva de um bem cultural vivo da história nacional, isto é, um “patrimônio edificado e urbano” (Chuva, 2020, p.26) existente no município que rememora 523 anos de história. Vale ressaltar que Angra dos Reis possui um arquipélago patrimônio da UNESCO, a Ilha Grande, o que torna o município um símbolo turístico do século XXI reconhecido internacionalmente pelos atrativos naturais assim como pelos aspectos culturais compartilhados entre núcleos sociais tradicionais da região (Paraty e Ilha Grande [...], 2019). Nesse sentido, a “vontade de memória” (Gondar, 2016, p.52) da TurisAngra de não enfatizar a perspectiva imaterial das Ruínas, de não ressaltar o esforço braçal dos escravizados que, na lembrança do “Sr. Romão” (Mattos *et al.*, 2009, p.20) construíram o antigo engenho e “sofreram muito de carregar esse troço de pedra, até o moinho” (Mattos *et al.*, 2009, p.21), está em desacordo com Chuva (2020) que defende a “preservação de monumentos” (Chuva, 2020, p.18) e até mesmo as “tradições populares” (Chuva, 2020, p.18). Além disso, tal escolha do que deve ser valorizado, isto é, o prédio de referência europeia, em detrimento da dor, do sofrimento e da exploração dos povos negros sugere que a contribuição cultural dos mesmos bem como a organização política dos quilombolas do Bracuí tivesse de ser apagada, porque não condiz com o discurso de “imagem do paraíso”, tampouco com as demandas do “segmento turístico” (Brasil, 2018, p.29). Em razão disso, o mapeamento do verbete nos possibilitou analisar as escolhas que o Poder Público emprega na construção das memórias que exploram o paradisíaco e o natural (Ribeiro, 2007), entretanto silenciam (Pollak, 1989), sob a perspectiva do patrimônio (Chuva, 2020), as memórias “dos quilombolas do Bracuí” (Mattos *et al.*, 2009, p.10) e suas tradições culturais tais como “jongo e caxambu” (Ramos, 2020).

Concluindo a análise (Bardin, 1977), as expressões “revolução industrial” (TurisAngra) e “século XIX” (TurisAngra) tiveram uma única ocorrência cada. Nesse sentido, compreendemos que o verbete enfatiza o contexto histórico e cultural eurocêntrico bem como a recente serventia dessa construção após a ausência das tarefas manuais executadas pelos negros “vindos do outro lado do Atlântico” (Mattos *et al.*, 2009, p.12), enaltecendo o espaço temporal, as transformações socioeconômicas referentes à era oitocentista e eurocêntrica no Brasil bem como o estilo de vida do “Velho Mundo” (Dussel, 1993, p.18). Por outro lado, apaga a existência do núcleo social quilombola, suas tradições étnico-culturais como também a “memória do trabalho escravo de seus antepassados” (Mattos *et al.*, 2009, p.21).

Considerações finais

As Ruínas do Engenho Central do Bracuhy mantêm vivas memórias relacionadas ao passado escravagista no Brasil. Como não são salvaguardadas por nenhum órgão de patrimônio nacional, as memórias desse período são preservadas entre grupos sociais minoritários do bairro. Conseqüentemente, evidencia-se o apagamento dessas memórias como também apenas uma parte da história. Dessa forma, esta pesquisa oportuniza discussões reflexivas a respeito da memória histórica e cultural dessas Ruínas como também a implementação efetiva de política de valorização do patrimônio cultural no município de Angra dos Reis.

Referências

ANGRA, Prefeitura Municipal de. **Angra dos Reis, Uma cidade de oportunidades**. Disponível em: <https://ppp.angra.rj.gov.br/>. Acesso em 16 jul. 2025.

BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2025.

BENI, M.C. (2020). **Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 14 (2), p.1 – 8, maio/ago. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847>. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002995816> . Acesso em: 08 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos** – 1ª edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. 44 p. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/glossarios/glossario_do_turismo_-_1a_-edicao.pdf. Acesso em 24 jul. 2025.

CASTELLS, Manuel. “**Comunidades virtuais ou sociedade de rede?**”. In: **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica: Paulo Vaz. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CARVALHO, Aline Vieira de. **Escolhas políticas: memória regional e patrimônios no caso de Angra dos Reis, RJ**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299076009_ARQUIVO_CarvalhoAlineAnpuh.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

CHUVA, Márcia (2020). **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas**. In Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1 Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras / DCTP, p. 16-35.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016, 652 p.: II. Organização e prefácio Jacques Leenhardt.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**: Conferências de Frankfurt. Tradução: Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. Disponível em: https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/45.1492_O_encobramento_do_outro.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. —

481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil ; 1).

GONDAR, Jô. **Cinco proposições sobre memória social**. *Morpheus*, v. 9, n. 15, 2016, 19-40. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475/4929>. Acesso em: 18 mai. 2025.

IPHAN / Ministério da Cultura (org.). **História – Vila Histórica de Mambucaba (Angra dos Reis – RJ)**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1504/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1367.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

McIntosh, Gregory C. **The Vesconte Maggiolo World Map of 1504 in Fano, Italy**. Second Edition. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286932863_The_Vesconte_Maggiolo_World_Map_of_1504_in_Fano_Italy. Acesso em: 13 jul. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MATTOS, Hebe *et al.* **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-cultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí**. Universidade Federal Fluminense. Niterói, Setembro de 2009. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://sape.org.br/wp-content/uploads/2022/04/2009-Relatorio-Antropologico-de-Characterizacao-Historica-Economica-e-Sociocultural-do-Quilombo-de-Santa-Rita-do-Bracui.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2025.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. **A ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO UMA METODOLOGIA**. *Cadernos de Pesquisa*, v.47 n.165 p.1044- 1066 jul./set. 2017. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MOTTA, Lia. **A conquista do conceito de patrimônio cultural na Constituição de 1988**. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 31, p. 1–37, 2023. DOI: 10.1590/1982-02672023v31e7. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/202264>. Acesso em: 22 jul. 2025.

NORA, Pierre. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES**. Tradução: Yara Aun Khoury. v. 10 (1993): JUL./DEZ. HISTÓRIA E CULTURA. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 13 abr. 2025.

NOVAIS, Fernando. **Colonização e formação do Brasil**. Canal do Café Filosófico CPFL, 2020, 1 vídeo (49 min e 07 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Dfe8NoGm_d4&pp=ygUPRmVybmFuZG8gTm92YWlz. Acesso em: 14 out. 2025.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

Paraty e Ilha Grande, no litoral do RJ, se tornam Patrimônio Mundial da Unesco. *Jornal Nacional*, 05 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal>

PASCOAL, Ednéa do Marco. **Angra dos Reis, 500 anos de História** / Ednéa do Marco Pascoal – Angra dos Reis, RJ: 2010, 224 p.

POLLAK, Michael. “**Memória, esquecimento, silêncio.**” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 02 jan. 2024.

PREFEITURA DE ANGRA DOS REIS. Página Inicial. Disponível em: <https://www.angra.rj.gov.br/>. Acesso em 19 jul. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

RAMOS, Emerson Luís. **Quilombo de Santa Rita do Bracuí (RJ)**. IN: **Atlas Observatório Quilombola**. Observatório Quilombola. KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 11 de setembro de 2020. Disponível em: <https://kn.org.br/atlasquilombola/comunidades/rj/santa-rita-do-bracui/1127/>. Acesso em: 24 jul. 2025.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio** – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007. ELABORADO PELA BIBLIOTECA NORONHA SANTOS/IPHAN. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Boaventura de Sousa Santos: o Colonialismo e o século XXI**. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. Conjuntura Política. 06 abr. 2018. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SOUZA, Giseli Rosa de; CAMPOS, Tamara de Souza. **UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL EM ANGRA DOS REIS: A VALORIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ANCESTRAIS DOS POVOS ORIGINÁRIOS**. In: Anais do Coninter: crise civilizacional, conhecimentos ancestrais e pensamento decolonial na América Latina. Anais...São Paulo (SP) EACH-USP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xii-coninter-congresso-internacional-interdisciplinar-em-sociais-e-humanidades-359374/792592-uma-perspectiva-decolonial-em-angra-dos-reis--a-valorizacao-dos-conhecimentos-ancestrais-dos-povos-originarios/>. Acesso em: 24/07/2025.

SILVA, Rafael Cuellar de Oliveira e; DIAS, Gilberto Tavares de Macedo. **Evolução da planície costeira das Praias do Sul e do Leste – Ilha Grande/RJ: implicações sobre a presença humana pre-histórica e contribuições para a reconstrução paleoambiental holocênica**. Quaternary and Environmental Geosciences (2017) 08(02):62-74. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abequa/article/view/47040/34668>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SILVA, Paulo Robério Ferreira. **O pensamento liminar e a epistemologia da subalternidade: vinculação entre decolonialidade e colonialidade/modernidade**. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.39, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4632>. Acesso em: 02 fev. 2025.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**/ Paul Thompson; tradução Lólio

Lourenço de Oliveira.- Diada Ini: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 1. História - Metodologia 2. História oral I. Título. Disponível em: file:///C:/Users/gisel/Downloads/pdfcoffee.com_a-voz-do-passado-historia-oral-paul-thompsonpdf-pdf-free%20(2).pdf. Acesso em: 09 nov. 2025.

TORRES, Antônio. **Meu querido canibal**. 14^a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2022.

TURISANGRA. Visite Angra. **Ruínas do Engenho Central do Bracuhy**. Prefeitura de Angra dos Reis. TurisANGRA. Disponível em: https://visite.angra.rj.gov.br/ponto_turistico.asp?id=11. Acesso em 03 jun. 2025.